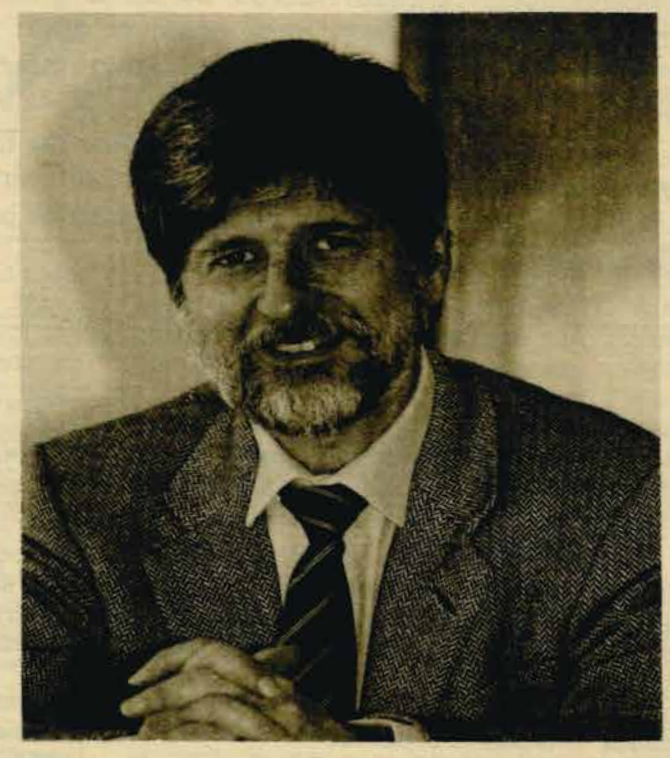
ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
ANO I Nº 5 BRASÍLIA, SETEMBRO DE 1993


Embaixador Celso Amorim

É com muita satisfação que saúdo todos os integrantes da Associação dos Diplomatas Brasileiros e congratulo-me, em particular, com a equipe responsável pela edição de sua publicação mensal. Número após número, o Boletim vem suscitando renovado interesse pela qualidade e importância dos seus artigos e depoimentos.

No início de minha gestão à frente do Itamaraty, quero renovar o convite a todos os colegas para realizarmos juntos, através deste importantíssimo núcleo agregador que é a ADB, um trabalho de reflexão e de ação com vistas ao aperfeiçoamento de nossa instituição.

Uma atuação externa ágil e afinada com a dinâmica das relações internacionais constitui fator de primeira importância para, nos planos interno e externo, corresponderemos aos anseios dos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Isto requer mecanismos flexíveis e rápidos de tomada de decisão, em situações de crise ou emergência, sem prejuízo da reflexão detida em relação a temas de interesse mais duradouro. Para responder a esse duplo desafio teremos que, na linha do que foi inaugurado pelo Chanceler Fernando Henrique Cardoso, repensar vários aspectos do Itamaraty e da política externa, atualizando procedimentos e objetivos.

Como me referi ao dar posse ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, é preciso ter presente que a política externa do Governo Itamar Franco está orientada para o desenvolvimento do país e para a afirmação dos valores democráticos, com seus desdobramentos nas áreas do comércio, da integração econômica e dos direitos humanos. O detalhamento dessas metas no dia-a-dia da política externa requer a participação engajada de todos os diplomatas, já que em variada medida todos são formuladores e executores da política externa.

A designação de um diplomata para a chefia do MRE, com o que o Senhor Presidente da República honra toda a instituição, aumenta a nossa responsabilidade e reforça a necessidade do trabalho conjunto, baseado no diálogo e na cooperação.

O papel da ADB nesse contexto é fundamental. Já tem prestado inestimável ajuda para todos nós. Pela expressão de seu desempenho desde a sua criação, a Associação representa para todos nós diplomatas o ideal de participação e liberdade que vigora no País.

Celso Luiz Nunes Amorim

MENSAGEM DO CONSELHO EDITORIAL

A Portaria número 2.407, de 9 de setembro de 1993, publicada no Diário Oficial de 10/IX/93, da Secretaria de Administração Federal (SAF), fixou o valor das novas taxas de uso ou de ocupação dos imóveis funcionais. No caso dos apartamentos ocupados por servidores do Itamaraty, os acréscimos variam de 751,41% a 8.744,35%. Para o mesmo mês de setembro, haverá aumento de vencimento da ordem de 86,13%.

A Associação dos Diplomatas Brasileiros, juntamente com a Associação dos Oficiais de Chancelaria (ASOF) e a Associação dos Servidores do MRE (ASMRE), contratou a banca "Marcial e Meneghetti Advogados Associados" para possível ação cautelar ou mandado de segurança coletivo contra o que é visto como aumento abusivo dos montantes cobrados pelos aluguéis dos imóveis funcionais.

A ADB registra seu agradecimento aos Senhores Ministro de Estado, Secretário-Geral e Subsecretário-Geral do Serviço Exterior pelas gestões junto à SAF, ainda em curso no momento em que a presente edição ia para a gráfica, no sentido de resguardar os interesses dos funcionários do Itamaraty que ocupam apartamentos funcionais.

PONTO DE ENCONTRO

PAULO MENDES DE CARVALHO

Gostaria de elogiar o artigo do Professor Ricardo Seintenfus, da Universidade de São Paulo, sobre os seus dias no Haiti, em companhia do Secretário Paulo Mendes de Carvalho. O professor em referência nos descreveu um diplomata que teve, em todos os momentos, notável senso de patriotismo.

João Maurício Cabral de Mello
Terceiro-Secretário
SERE - DF

ENTRELINHAS

Li, com satisfação, a carinhosa nota de boas vindas de minha pessoa, ao convívio dos estimados colegas da Casa de Rio Branco, conforme publicada no Boletim, ano I, nº 4, de agosto último.

Ao agradecer a referência, peço fazer consignar minha alegria por retornar ao Itamaraty e prosseguir no convívio com colegas que muito admiro e com os antigos amigos.

Guido F. S. Soares
Conselheiro
SERE - DF

CASA PRÓPRIA

Queria aproveitar o Boletim da ADB para lançar um tema que penso seria de interesse da maioria dos colegas, o da casa própria. Imagino que se poderia encontrar uma fórmula para incorporar prédios de moradia, com apartamentos de diversos tamanhos e representação simples, mas adequada. O financiamento poderia ser objetivo de estudos, sobretudo o recém-lançado sistema de consórcio, adaptado às circunstâncias da carreira. Nesse sentido, o período no exterior, de 72 a 96 meses, poderia ter um peso maior nas prestações.

Imagino também que se levantem, em primeiro lugar, dificuldades institucionais e nacionais. Talvez essa atitude possa ser proveitosa, se, posteriormente, resultar na abertura de um caminho que possa superá-las.

Fernando Cacciatore de Garcia
Conselheiro
SERE - DF

ADB

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Senhoria minha renúncia ao cargo de Diretor da Associação dos Diplomatas Brasileiros, à qual, nos últimos dez meses, procurei prestar minha colaboração.

Desejando-lhe êxito no cumprimento de suas tarefas frente à entidade de classe,

sinceramente,

Edélcio José Ansarah
Segundo Secretário
SERE - DF

FICHA TÉCNICA

ADB - Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros — ANO I Nº 5 - SETEMBRO 1993

EDITADO PELA ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS (ADB)
CONSELHO EDITORIAL: JOSÉ ANTONIO DE MACEDO SOARES, VIRGÍLIO M. DE ANDRADE, CARLOS PEREZ, JOSAL PELLEGRINO, ANDRÉIA RIGUEIRA
JORNALISTA RESPONSÁVEL: DIVA GRADILONE
EDITORA: MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA
DIAGRAMAÇÃO: TÂNIA REGINA SANTOS RAMOS/SAMUEL TABOSA DE CASTRO
REVISÃO FINAL: KATIA GILABERTE
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: TÂNIA REGINA SANTOS RAMOS
IMPRESSÃO E ACABAMENTO: SÓBRINDES LINHA GRÁFICA E EDITORA
TIRAGEM: 1.250 EXEMPLARES.
ENDEREÇO: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANEXO ADMINISTRATIVO I, TÉRREO.
AS MATÉRIAS ASSINADAS SÃO DA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

100 DIAS EM Baden-Baden

André Guimarães

Quando ocorreu o ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, meu pai, Mário Guimarães, era Cônsul-Geral em Viena. Estávamos na Áustria do *ANSCHLUSS* desde o final de 1939.

Vivíamos um período de economia de guerra, racionamento de comida, gasolina, etc. Foi uma fase marcada por inúmeras paradas militares comemorando vitórias, e os moradores de Viena, até então, não sofreram nenhum bombardeio. Havia, sim, .principalmente entre os estrangeiros, uma grande tensão e preocupação em relação ao futuro próximo.

No colégio que frequentávamos, meus irmãos e eu, a tônica era a doutrinação. Durante uma hora, diariamente, havia uma preleção sobre o regime nazista e gabavam as vitórias do *REICH*. Éramos obrigados a cantar o hino nacional alemão todos os dias e os professores eram recebidos em classe com a turma em pé, braço direito estendido na horizontal e, em voz cadenciada, saudava-se: *HEIL HITLER*.

Pressionava-se os alunos a participar de campanhas de recolhimento de papel e metais necessários para a guerra.

No Rio de Janeiro, em princípios de 1942, reúne-se a Conferência Pan-Americana para decidir qual a posição que deveria ser tomada pelos países americanos em relação ao Japão e seus aliados, após a agressão nipônica aos Estados Unidos.

Alguns dias após, em 28 de janeiro de 1942, todas as repartições brasileiras no exterior recebiam a nota oficial relatando os resultados da Conferência e o conseqüente rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo. Para sensibilizar a opinião pública, as rádios da Alemanha anunciavam com grande estardalhaço a "carnificina" que sofriam os alemães e italianos em várias cidades do sul do Brasil.

O Brasil, até então, se encarregava da proteção dos interesses italianos nos países europeus em guerra com a Itália, numa inequívoca demonstração da grande afinidade que a ditadura Vargas tinha com o regime facista de Mussolini.[1]

Dia 13 de fevereiro, tivemos que partir para Baden-Baden, estação de águas na Alemanha, onde aguardaríamos, com outros funcionários brasileiros e latino-americanos e suas famílias sediadas no *REICH* e países ocupados, o resultado das negociações de nossa troca pelos funcionários alemães nos respectivos países.

Viajamos de trem e só pudemos levar um mínimo de roupa para cada um. Meu pai, por prudência, despachou toda nossa bagagem para a Suíça, país neutro, o que facilitou a sua recuperação após terminada a guerra, apesar do inconveniente da longa espera.

No mesmo dia chegaram a Baden-Baden os seguintes reféns brasileiros: de Berlim, o Embaixador Cyro de Freitas Valle e sua equipe, os diplomatas Navarro da Costa, Carlos Silvestre de Ouro-Preto, Fernando Nilo Alvarenga e João Emílio Ribeiro; de Paris, o Cônsul-Geral Oscar Pires do Rio (formado em Medicina, passou a ser Clínico Geral dos seus companheiros de destino) e o Cônsul-Adjunto Ary Pavão; de Hamburgo, o Cônsul-Geral João Guimarães Rosa, e, de Copenhague, o Major Cardoso, Chefe da Comissão de Compras do Exército (as Forças Armadas Brasileiras adquiriram metralhadoras Madsen) e, mais tarde, Adido Militar na Dinamarca. Os que vieram de postos na Alemanha já haviam sofrido os primeiros bombardeios e os outros, em zonas mais expostas da conflagração, presenciaram, de perto, os combates.

Guimarães Rosa foi o mais surpreendido com esse desfecho para os brasileiros, em missão oficial no *REICH* e países ocupados. Contava ele que, sendo muito supersticioso, havia consultado, anos antes, a famosa astróloga Frau Heelst - era a preferida horoscopista usada por Hitler - sobre a hipótese de guerra. Ela respondeu: "de modo nenhum. Sossegado esteja".[2]

Todos aqueles que puderam, haviam trazido, na pouca bagagem permitida, alguns mantimentos que tinham em estoque. Foi uma atitude providencial, que serviu para complementar as refeições servidas no hotel, que eram bastante reduzidas, correspondendo ao severo sistema de racionamento imposto aos confinados no hotel. A hora das refeições era de grande confraternização, com o reparte entre todos, do indispensável reforço alimentar.

Logo no princípio, ainda em fevereiro, a vigilância era mais suave e permitiam a todos circularem pela cidade. Mas, poucos dias após a nossa chegada, um diplomata venezuelano, assíduo freqüentador do cassino local, ganhou na roleta uma soma fabulosa, estourando a

---

[1] VIAGEM ATRAVÉS DO CAOS, de Ary Pavão

[2] AVE, PALAVRAS, de Guimarães Rosa (no capítulo "A Senhora dos Segredos".

banca. Como não quiseram lhe pagar a quantia a que fazia jus, ele fez chegar às autoridades um veemente protesto. O resultado foi que todos os adultos ficaram proibidos de deixar, sob qualquer pretexto, as dependências do hotel em que estávamos hospedados.

As crianças podiam sair, porém, em curto espaço de tempo, os problemas começaram a surgir. Já que não tínhamos a proteção dos adultos, passamos a encontrar, ao sair do hotel, inúmeros colegiais nos esperando para acertar as contas com os inimigos de sua pátria.

Tantos eram os enfrentamentos, que, um dia, em março, negociou-se um encontro na praça principal, à noite, para, numa batalha campal de pedras, resolver definitivamente as diferenças existentes.

Na hora acertada, sem o conhecimento dos adultos, nos dirigimos para o local combinado. No lado oposto aos alemães, tomamos posição os brasileiros: os Pires do Rio (Jorge, Paulo e Carlos), os Pereira Cardoso (Luiz Claudio e Wanda), os Pavão (Aryzinho e sua irmã), eu e meus irmãos Pedro Paulino e Carlos Manuel; bem como vários outros sul-americanos.

A luta, que durou 50 minutos, acabou repentinamente com a chegada da *GESTAPO*. A essa altura, já havia alguns feridos, mas, graças a Deus, sem gravidade, além de muitas janelas e lampiões quebrados. A conseqüência mais importante foi a determinação de estender a todos os jovens estrangeiros a proibição de deixarem as dependências do hotel.

Essa decisão gerou um grande mal-estar entre os demais moradores do hotel. O ambiente para os adultos, com toda a balbúrdia que faziam tantas crianças confinadas sem poder gastar suas energias ao ar livre, tornou-se pesado e desagradável.

Veio, então, de Guimarães Rosa, a idéia salvadora de ensinar a todos os jovens a jogar xadrez, organizando campeonatos diários e premiando os vencedores com balas e caramelos trazidos de Hamburgo. A alegria, o salutar espírito de competição e a necessária concentração trouxeram de volta o ambiente de tranqüilidade tão desejado pelos adultos.

Guardo, entre as minhas mais caras recordações desse período, uma comovedora carta recebida de Viena, da minha babá Erika, pelo meu aniversário, dia 6 de março, quando completava 10 anos. Ela certamente sabia que estava arriscando muito ao enviar sua missiva para um hotel em que se encontravam os inimigos de seu país, porém o seu amor e a sua fidelidade não conheciam fronteiras, guerras ou ódios, e os anjos sem dúvida a apoiaram trazendo a carta até minhas mãos.

Grupo de crianças em frente ao hotel. O autor do artigo é o menino com casaco quadriculado. Março de 1942.

As negociações estavam difíceis entre o Brasil e a Alemanha devido à grande diferença numérica. Éramos poucos brasileiros para serem trocados por muitos funcionários alemães residentes no Brasil.

Por fim, no dia 24 de maio, alcançado o acordo, deixamos Baden-Baden de trem. Atravessamos a França e a Espanha com destino a Portugal, pois Lisboa era o último porto de escala dos navios brasileiros na Europa. Ao cruzarem a fronteira da França para a Espanha, os jovens brasileiros, das janelas do trem, não perderam a oportunidade de, com palavras e gestos, retribuírem aos guardas alemães os momentos difíceis por que passaram.

Os dias transcorridos em Lisboa, à espera do embarque para o Brasil, foram usados para consultas médicas e renovação de guarda-roupa.

Lembro-me de um sapateiro lisboeta, que tínhamos procurado para trocar as solas de meus sapatos, feitas de um papelão grosso e reforçado, ter-me oferecido uns sapatos novos em substituição daquele par alemão, que gostaria de guardar como recordação de guerra.

Por fim, chegou o dia do embarque. A viagem teve momentos de grande tensão. O navio era todo pintado com avisos e sinais para facilitar a identificação e lhe dar livre passagem no Oceano Atlântico, infestado de submarinos. Isso não impediu que fôssemos obrigados a parar diversas vezes por submarinos alemães para conferir as informações de bordo.

Todos chegamos são e salvos ao Brasil.

Não posso deixar de registrar, no entanto, os graves prejuízos materiais sofridos por alguns de nós. O então Cônsul João Emílio Ribeiro, por exemplo, que só pôde despachar sua bagagem pelo Bagé, numa viagem posterior, perdeu tudo quando o navio foi torpedeado e naufragou. O seguro, como é sabido, não cobre perdas motivadas por atos de guerra.

Os membros das Forças Armadas, convocados para a Força Expedicionária Brasileira, foram beneficiados pela chamada Lei da Praia, inclusive os não embarcados para a frente de batalha na Itália. Mas os funcionários do Itamaraty não tinham qualquer amparo visando as situações especiais de alto risco enfrentadas durante a guerra.[3] ❖

Fotos gentilmente cedidas pelas Senhoras Marilu e Carolina Pires do Rio.

[3] Para elaborar o presente artigo, vali-me de informações prestadas pelos Embaixadores Jorge Ribeiro, Paulo Pires do Rio, Affonso Celso de Ouro Preto e Luiz Claudio Pereira Cardoso.

RBPI: Mantendo uma Revista Pioneira

Paulo Roberto de Almeida

No dia 19 de agosto, em cerimônia presidida pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, foi relançada no Itamaraty a *Revista Brasileira de Política Internacional*, a decana de nossas revistas de relações internacionais, ocasião em que igualmente se prestou homenagem a Cleantho de Paiva Leite, seu fundador e último Diretor. A *RBPI* tinha sido lançada originalmente em 1958, no Rio de Janeiro, por um punhado de entusiastas da política externa independente, antes mesmo que esta fosse batizada com esse nome. Muito vinculada aos grandes debates dos anos Kubitschek-Jânio-Jango, ela desempenhou, nas três décadas seguintes, um importante papel na difusão de matérias e documentos relativos à política internacional, às relações exteriores do Brasil, bem como ao próprio pensamento e prática brasileira em tema de política externa.

Mantida pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, fundado no velho Palácio Itamaraty, quatro anos antes, a *RBPI* preencheu um papel inestimável em nossa cultura política e acadêmica, reunindo, nas dezenas de volumes editados quase que artesanalmente ao longo dos 35 anos, uma verdadeira "memória escrita" sobre a política externa brasileira e as relações internacionais, de um modo geral, constituindo, assim, uma fonte de referência indispensável para toda pesquisa acadêmica sobre esses temas. À frente, e por longos anos, esteve Cleantho de Paiva Leite, ex-assessor econômico do segundo Governo Vargas, funcionário da ONU e do BID, representante do Brasil na UNICEF e Presidente do IBECC, órgão nacional da UNESCO, um dos últimos representantes de uma geração de homens públicos brasileiros, identificada com a construção do Estado brasileiro moderno.

Cleantho, para a grande tristeza de seus muitos amigos e de todos os admiradores de seu magnífico trabalho à frente da *RBPI*, veio a falecer em outubro de 1992, perdendo à revista seu principal (e mesmo único) animador e financiador. O próprio IBRI estava praticamente reduzido a alguns membros remanescentes de seus órgãos de cúpula (os Conselhos Curador e Consultivo), não diretamente engajados na administração, confecção e circulação da *RBPI*, que ficou, assim, "órfã" e ameaçada de desaparecimento.

Mas, já no dia seguinte ao de sua morte, mobilizaram-se em Brasília diversos amigos de Cleantho que, empenhados em prestar uma homenagem à sua memória e motivados pelo desejo de impedir o desaparecimento da *RBPI* e do próprio IBRI, consideraram a hipótese de se transferir o Instituto para Brasília, aqui passando a editar a revista. Esse "grupo de amigos de Cleantho", sob a iniciativa deste articulista, elaborou proposta de novo Estatuto para o IBRI, providenciou locais adequados para sua instalação em Brasília (na UnB) e deu início aos trabalhos de reformulação da *RBPI*, segundo princípios editoriais renovados.

Como resultado dessas gestões preliminares, foi realizada, em 6 de julho de 1993, no Instituto Rio Branco, reunião de fundação do IBRI de Brasília, com a designação de nova Diretoria e Editor responsável pela *RBPI*. Foi eleito como Diretor Geral do IBRI o Professor José Carlos Brandi Aleixo, cientista político e pesquisador reconhecido nos meios acadêmicos e diplomáticos, com inúmeros trabalhos publicados no Brasil e no exterior.

A *RBPI* inicia sua etapa de Brasília com novo formato, nova série e nova numeração, preservando-se contudo a "herança histórica" da *RBPI* do Rio de Janeiro. Os membros fundadores do IBRI de Brasília recomendaram à Diretoria eleita que indicasse para exercer as funções de Editor da *RBPI* o Professor Amado Luiz Cervo, especialista em relações internacionais, Titular de História das Relações Exteriores do Brasil do Departamento de História da UnB e autor de importantes trabalhos sobre política exterior do Brasil.

A *RBPI* passa, assim, a dispor de condições humanas e materiais para manter-se, pelas próximas décadas ainda, como instrumento essencial de comunicação, informação e debate sobre as questões que estiveram na origem de seu estabelecimento. Cumpre-se, dessa forma, o desejo intelectual pelo qual sempre se bateu Cleantho de Paiva Leite.

No sumário do primeiro número "brasiliense", disponível, figuram, entre outros, artigos de Antônio A. Cançado Trindade (O processo preparatório da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena), Paulo Roberto de Almeida (Os trabalhos de história das relações internacionais do Brasil, 1927-1992), Léon E. Bieber (Integrações comparadas: Europa e América Latina), José Sarney (América Latina, 500 anos) e Luiz A. P. Souto Maior (Os Estados Unidos na encruzilhada mundial), ademais de algumas notas e muitas resenhas de livros (nº 1/93). No próximo número estão previstos artigos de Stanley Hilton (Relações Brasil-Argentina), Cançado Trindade (Avaliação da Conferência de Viena), Paulo R. Almeida (A RBPI e a pesquisa brasileira em relações internacionais) e muitas outras matérias mais.

A *RBPI* espera colaborações e apoio de todos aqueles que, tendo ou não conhecido Cleantho de Paiva Leite, estejam animados igualmente do desejo de preservar um espaço público de debate e reflexão sobre as relações exteriores do Brasil e a política internacional que, durante toda a sua história, esteve vinculada intimamente à Casa e seus integrantes. Em Brasília, a *RBPI* pode ser adquirida na banca de jornais e revistas do Anexo II ou junto aos editores. No Rio de Janeiro, ela está sendo distribuída pela Editora Irradiação Cultural (Tel.: 577-3522). ❖

Assinaturas e Correspondência para o IBRI e a RBPI:
Caixa Postal 4602
70919-970 Brasília, DF - Brasil
Tel.: (061) 348-2590
Fax : (061) 274-1448

Lista dos endereços dos colegas aposentados (Últi

Conselheiro MICHAEL JOSEPH CORBETT
SQN 307 Bloco D apt° 204
70746-040 Brasília - DF

Embaixador MIGUEL ÁLVARO OSÓRIO DE ALMEIDA
Rua Dr. Júlio Otoni 351, apt° 101
Santa Teresa
20241-400 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador MIGUEL PAULO J. P. DA SILVA PARANHOS DO RIO BRANCO
Rua Joaquim Nabuco 258, apt° 302
Copacabana
22080-030 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador MILTON TELLES RIBEIRO
Rua General Ribeiro da Costa 190, apt° 1102 Leme
22010-050 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador MOACYR MOREIRA MARTINS-FERREIRA
Rua Paula Freitas 20, apt° 201
Copacabana
22040-010 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro MOZART JANOT JÚNIOR
Rua Gustavo Sampaio 630, apt° 507
Leme
22010-010 Rio de Janeiro - RJ

Ministro MURILLO DE MIRANDA BASTO
Rua Ministro Viveiros de Castro 141, 5° andar Copacabana
22021-010 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro NELSON ALVES DA FONSECA
Rua Ministro Viveiros de Castro 72, apt° 401 Copacabana
22021-010 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador NESTOR LINS FERNANDES BARROS DOS SANTOS LIMA
SHIS QL 12 Conjunto 10 Casa 20
71630-305 Brasília - DF

Secretário OCTÁVIO DO NASCIMENTO BRITO FILHO
Rua Cedro 82 Gávea
22451-320 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro OCTÁVIO LAFAIETTE DE SOUZA BANDEIRA
Praia de Botafogo 142, apt° 701
Botafogo
22250-040 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador OCTÁVIO LUIZ DE BERENGUER CÉSAR
Praça Eugênio Jardim 55, apt° 501
Copacabana
22061-040 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador OSCAR SOTO LORENZO FERNANDES
SHIN QI 1 Conjunto 1 Casa 20
71505-010 Brasília-DF

Ministro OSIRIS DE OLIVEIRA CORREIA
Rua Araújo Pena 51 Tijuca
20260-230 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador OTHON DO AMARAL HENRIQUES FILHO
Rua Mal. Mascarenhas de Morais 184, apt° 101 Copacabana
22030-040 Rio de Janeiro - RJ

Secretário OTHON GUIMARÃES
Rua Paula Freitas 95, apt° 301
Copacabana
22040-010 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador PAULO AFFONSO MONTEIRO VELLASCO
Rua 2 de Dezembro 103, apt° 401
Flamengo
22220-040 Rio de Janeiro - RJ

Secretário PAULO AFONSO SOUZA DOS SANTOS
Rua Maia Lacerda 393, apt° 201
Estácio
20250-001 Rio de Janeiro - RJ

Ministro PAULO CAMPOS DE OLIVEIRA
Flat 3, 1 Eton Avenue
Londres NW 3 3 EL - INGLATERRA

Secretário PAULO DE OLIVEIRA VERSIANI CUNHA
Rua Bolívar 155, apt° 301 Copacabana
22061-020 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador PAULO HENRIQUE DE PARANAGUÁ
Avenida Atlântica 1782, apt° 405
Copacabana
22021-001 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador PAULO LEÃO DE MOURA
Avenida Rui Barbosa 460, apt° 1501
Flamengo
22250-020 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro PAULO RENATO COSTA RODRIGUES ROCHA SANTOS
Rua Pompeu Loureiro 32, Bloco B, apt° 602 Copacabana
22061-000 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador PAULO TARSO FLEXA DE LIMA
Embaixada do Brasil em LONDRES
32 Green Street
Londres WIY 4 AT - INGLATERRA

Conselheiro PAULO VALLADARES
Rua Almirante Pereira Guimarães 79, apt° 812 Leblon
22440-000 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro PEDRO CARLOS NEVES DA ROCHA
Rua Barão do Rio Branco 1556 Centro
25680-150 Petrópolis - RJ

Embaixador QUINTINO SYMPHOROSO DESETA
Rua Xavier da Silveira 34, apt° 1001
Copacabana
22060-010 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador RAMIRO ELYSIO SARAIVA GUERREIRO
Rua Bulhões de Carvalho 271, apt° 801 Copacabana
22081-001 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro RAUL CORREA SMANDECK
A/C Dr. Alcindo Guedes
Avenida Nossa Senhora de Copacabana 620, apt° 403
Copacabana
22050-000 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador RAUL HENRIQUE CASTRO SILVA DE VINCENZI
Rua Paulo César de Andrade 240, apt° 502 Laranjeiras
22221-090 Rio de Janeiro - RJ

Ministro RAUL JOSÉ DE SÁ BARBOSA
Rua do Oriente 291 Santa Teresa
20240-130 Rio de Janeiro - RJ

Embaixadora REGINA VICTORIA CASTELLO BRANCO
Rua Sá Ferreira 188, apt° 1004
Copacabana
22071-100 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador RENATO BAYMA DENYS
Escritório Comercial em TAIPE

Secretário RICARDO JOPPERT
Rua Santa Clara 80, apt° 801
Copacabana
22041-010 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro ROBERTO CHALÚ PACHECO
Avenida Delfim Moreira 426, apt° 102
Leblon
22441-040 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete 629
Praça dos Três Poderes
70160-900 Brasília - DF

Embaixador ROBERTO LUIZ ASSUMPÇÃO DE ARAÚJO
Avenida Atlântica 1782, apt° 904
Copacabana
22021-001 Rio de Janeiro - RJ

Conselheiro ROBERTO SALVO COIMBRA
Rua Professor Estevão Pinto 350, apt° 801 Serra
30220-060 Belo Horizonte - MG

Ministro RODOLPHO KAISER MACHADO
Rua das Palmeiras 32, apt° 1206
Botafogo
22270-070 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador RODRIGO AMARO DE AZEVEDO COUTINHO
Rua Gorceix 11, apt° 402 Ipanema
22471-040 Rio de Janeiro - RJ

Embaixador RUI BARBOSA DE MIRANDA E SILVA
Rua Fala Amendoeira 940, Novo Leblon Barra da Tijuca
22793-090 Rio de Janeiro - RJ

Ministro R
Rua Aires
Copacaba
22060-03

Embaixad
COSTA
A/C do Er
ANTÔNIO
SGIE - Su
Assuntos
Econômic
Ministério
Esplanad
andar, sal
70170-90

Embaixad
VIEIRA
Rua Sena
Flamengo
22230-00

Embaixad
Avenida A
Copacaba
22210-00

Embaixad
Avenida A
Copacaba
22070-00

Secretário
VASSEUR
Rua Edm
22031-02

Embaixad
SILVEIRA
Rua Sá F
Copacaba
22071-10

Ministro W
Caixa Pos
25951-97

Ministro W
Rua João
25620-19

Embaixad
MURTINH
SHIS QL
71630-34

Conselhei
PANTOJA
1223 Pos
77027 Ho
UNIDOS

Ministra Z
Rua Garc
Ipanema
22421-01

Embaixad
LINTZ
Rua Belfo
Copacaba
22020-01

Parte)

RRETO
nha 6, aptº 1102

de Janeiro - RJ

RGIO CORREIA DA

dor RUBENS
OSA
etaria-Geral de
egração,
e Comércio Exterior
Relações Exteriores
Ministérios, Anexo I, 2º

sília - DF

RGIO WEGUELLIN

ergueiro 154, aptº 404

de Janeiro - RJ

SCO MARIZ
ca 2150, aptº 1102

de Janeiro - RJ

ENTE PAULO GATTI
ca 2806, aptº 1001

de Janeiro - RJ

R AUGUSTO NUNES

Lins 28 Copacabana
de Janeiro - RJ

TOR JOSÉ DA

a 134, aptº 301

de Janeiro - RJ

ER PIMENTA BUENO
2977
esópolis - RJ

N SIDNEY LOBATO
oa 300, Cobertura
rópolis - RJ

ADIMIR DO AMARAL

njunto 14 Casa 6
sília - DF

ONE MAGNO

Pk Dr
TX - ESTADOS

MAFRA PEIXOTO
Ávila 3[illegible], aptº 302

de Janeiro - RJ

ULEIKA BARROSO

xo 371, aptº 802

de Janeiro - RJ ❖

Ilustração de Arthur Nogueira.

"Old soldiers never die, they simply *fly* away..."

Promoção - o outro lado da moeda

Ricardo Carvalho do Nascimento Borges

Li, com satisfação, a carta do Ministro Ruy Casaes no número 4 do Boletim. A carta do Ruy, amigo e colega de turma cujo caráter aprendi a admirar nesses 22 anos de conhecimento, é perfeita no que diz, mas a meu juízo, incompleta.

O recurso a apoios externos, ao que parece, sempre existiu. Diplomatas mais antigos com quem trabalhei contavam casos de filhos de políticos e militares influentes que fizeram boas carreiras, em alguns casos *"malgré eux"*. Da mesma forma o "cupinchismo", como bem apontou o Embaixador Meira Penna em seu artigo no mesmo número do Boletim. Uma avaliação das conseqüências igualmente nefastas, sobre a Carreira, do "cupinchismo" - que prefiro chamar de "grupismo" - é que terá faltado à corajosa e excelente carta do Ruy.

Até a década de 70 - na qual nossa geração ingressou na Carreira - ambos fenômenos parece que incidiam de forma mais suave sobre a Casa: o Brasil era menor, o MRE idem, os Gabinetes e Secretarias-Gerais tinham equipes bem mais reduzidas e que, não raro, permaneciam ao longo de toda a gestão do Ministro. Eram chamados para tais cargos um ou dois Ministros-Conselheiros, um Conselheiro e dois ou três Secretários. Os primeiros, geralmente já razoavelmente maduros na classe, colhiam suas promoções sem saltos espetaculares e, pelo restante do mandato do Ministro, "liberavam" as vagas, que eram, então, disputadas pelos demais colegas de Departamentos, Divisões e Postos no exterior. Os membros mais jovens dos Gabinetes almejavam, em geral, um bom Posto, que conseguiam ao final do período. Todos ficavam felizes. O Itamaraty tinha prestígio. Era a boa época em que *"no improvisavamos"*.

A década de 70 fez crescer o "grupismo", em modalidade perversamente centralizadora e agressiva. Da centralização, resultou o esvaziamento de Departamentos, Divisões e Postos fora do Circuito Elizabeth Arden. As reformas sobre reformas, por seu turno, feitas geralmente sob medida para os componentes do "grupo" que as promovia, não raro traziam algum tipo de revanche contra outros "grupos", o que não impediu, é bem verdade, que essa dinâmica, em alguns casos, tenha resultado em benefício da Casa como um todo, como no caso da expulsória.

Como conseqüência, cresceu, na mesma proporção, o irmão siamês do "grupismo", a busca de apoio exógeno, por parte daqueles que, não querendo ou não podendo fazer parte dos "grupos" no poder, não se conformaram em tornar-se "diplomata de 2ª categoria", condenados às "migalhas" de promoção e a "empurrar" Divisões e Postos de muito trabalho e sacrifício mas afastados dos centros de poder, ainda que importantes sob uma ótica séria dos interesses maiores da Política Externa do País.

Tudo se fez, portanto, com o sacrifício da ética da competência e da dignidade da maioria dos colegas. Mesmo os "beneficiários" das reformas terminaram sentindo na própria pele as conseqüências do despropósito da maioria das reformas, que retiraram substância dos cargos, individualmente, e da Carreira, como um todo. E que não se diga que tais reformas se impunham por uma maior inserção do Itamaraty na sociedade brasileira e a nível internacional. Nunca esta Casa esteve tão desprestigiada interna e externamente.

É chegado, efetivamente, o "momento de se estudarem fórmulas em matéria de promoção que limitem e idealmente excluam as interferências forâneas, já que compete à própria Casa identificar em seus quadros os valores e promovê-los", meu caro Ruy. Mas o momento sinaliza, igualmente, a meu juízo, a necessidade de se reduzir a influência dos "grupos" a níveis aceitáveis, em que sejam exceção e não a regra.

Sou um entusiasta da ADB e do muito que já fez, como no caso da expulsória, por exemplo. Estou convencido, no entanto, que uma verdadeira reforma nos termos em que ambos propomos, só seria viável se houvesse vontade política, ou seja, caso partisse dos próprios detentores do poder de fazer reformas.

E isso, a meu juízo, não seria teoricamente muito difícil. Isto porque, como todos sabem, a Casa é dotada de um sistema informal mas muito preciso de avaliação de mérito. Essa meritocracia informal, em muitos casos, qualificaria os benefícios obtidos pelos membros de "grupos" e por praticantes do apoio forâneo, sobretudo no que se refere ao número e à qualidade dos colegas preteridos em cada uma das promoções "campeãs".

O "joão-do-pulismo" - filho incestuoso da conjunção perversa dessas duas modalidades de apoio e, hoje caminho eficaz mas totalmente desvinculado de considerações éticas e de dignidade - certamente não mais proliferaria.

Uma alternativa seria o modelo diplomático espanhol, com cuja descrição nos presenteou o bom Hélio de Mendonça no mesmo número 4 do Boletim.

A adoção do sistema espanhol teria várias vantagens. A primeira, e mais importante, seria que, livres de pressões para permanecer junto ao Poder (sob pena de, distanciando-se dele, o funcionário ver irremediavelmente prejudicada sua vida funcional e, via de conseqüência, sua vida pessoal), os especialistas em África, Oriente Médio, Ásia, etc., poderiam ocupar os postos hoje vagos, dedicar-se às suas vocações e, assim, atender aos interesses maiores da Política Externa brasileira.

Outras vantagens: seriam confirmadas vocações para os que realmente gostam só de trabalhar em gabinetes e em Brasília (ainda que diplomatas!) e, para as diferentes autoridades que têm respaldado colegas ao longo dos anos, a oportunidade de verem reafirmadas - agora sem interesses - as lealdades que por muito tempo geraram gentilezas, livros, sabonetes e, por que não, até uma que outra continha de frigo bar eventuamente esquecida...

Agradeço ao Ruy a corajosa carta, que me propiciou a oportunidade de, nela "pegando carona", sair um pouco da rotina imposta pelo trabalho e pelas alegrias (e preocupações) da vida familiar, e pensar alto e em conjunto a nossa Carreira que, afinal, domina a maior e melhor parte de nossas vidas. ❖

PESQUISA ADB

SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS MINISTROS DE SEGUNDA CLASSE AO SEREM PROMOVIDOS A EMBAIXADOR

ANO	Chefe Dept.	Emb. Comis.	Min. Cons.	Gabinete Mininistro	Gab. SG	Presi-dência	Outros Órgãos	Outras Funções	Total
1993	1	1			1	1			4
1992	4	2			1			1	8
1991	2	1			1	3	1		8
1990	5	3				1	1		10
1989	4								4
1988	1	2		1				1	5
1987	4	3		1	1	1		1	11
1986	4		1	1		1	1	1	9
1985	2	1	1						4
1984	3	1		2		2			8
1983		1		2	1		2		6
1982	2	2	1	2	1		3	1	12
1981	2		1	1		1	1		6
1980	2	3					2	1	8
1979	2	3		1			3	1	10
1978	3	3	1			1	1	1	10
1977	3	6	3					1	13
1976	2	2							4
1975	8			1					9
1974		2							2
1973	5	2							7
1972	4	2							6
Total	73	40	8	11	4	12	17	9	174
%	42,0	23,0	4,6	6,3	2,3	6,9	9,8	5,1	

"FAST TRACK"

O quadro acima, inspirado em similar da tese de CAE de Lúcio Amorim, explicita onde estavam lotados os Ministros de Segunda Classe ao serem promovidos. Das posições "típicas" de Ministro, historicamente o "*fast track*" para a promoção a Embaixador continua sendo a Chefia de um Departamento. Em duas décadas, 42% dos promovidos ocupavam tal posição, sendo que nos últimos cinco anos (1989-1993) os Chefes de Departamento responderam por 47% dos promovidos. Como existem mais Ministros chefiando Departamentos do que lotados na Presidência, o "*fast track*" mais eficiente ainda é servir no Planalto.

Por outro lado, funções clássicas de Ministro de Segunda, como a de Cônsul Geral revelam-se historicamente um ponto morto no que concerne a última promoção, como pode ser visto na coluna de "outras funções", que engloba chefias de consulados, de divisão, etc. Um "beco sem saída" equivalente é a função de Ministro Conselheiro, talvez a mais "típica" do penúltimo escalão da carreira.

Os dados acima permitiriam chegar às mais diversas conclusões, a mais óbvia das quais é o fato de que a última promoção dificilmente será conseguida no exterior. Outra conclusão interessante é a de que as "regras do *fast track*", sejam ou não vistas como justas, são bastante constantes no correr de mais de duas décadas. A exceção é o caso dos Ministros Conselheiros com nenhuma promoção registrada desde 1987.

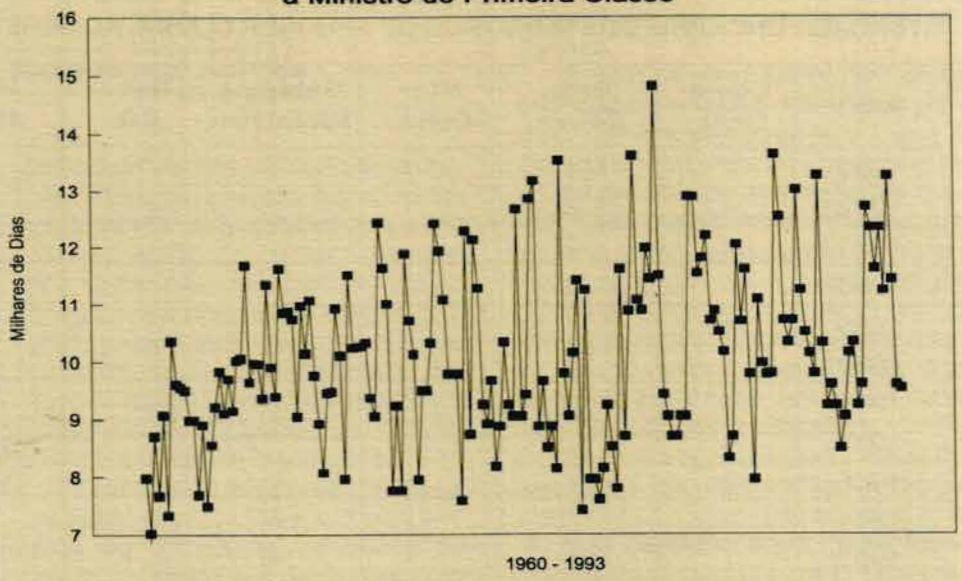
Quem é "*Fast*"

Do início da década dos sessenta até junho passado, 176 Ministros foram promovidos a Embaixador. Em média, estes diplomatas tardaram 10.093 dias para alcançar o último posto da carreira, ou seja, 27 anos, 7 meses e 28 dias. O mais "lento" do grupo alcançou o cargo de Ministro de Primeira com 14.809 dias (40

anos, 6 meses e 29 dias); o mais "rápido" com apenas 7.026 dias, isto é, 19 anos e 4 meses. Os dois dados extremos correspondem a tempo real de carreira, visto que não incluem os anos de Instituto Rio Branco.

Como pode ser visto pelo gráfico, observa-se tendência de a carreira tornar-se mais "lenta" dos anos sessenta para hoje em dia. O que pode, em decorrência, ser considerado atualmente como "*fast track*"? Nos últimos três anos, trinta colegas ascenderam ao posto mais alto da carreira. O mais "lento" foi promovido com 13.627 dias (37 anos, 4 meses e 2 dias); o mais rápido com 8.484 dias (23 anos, 2 meses e 29 dias). No período 1990-93, a "média de velocidade" foi de 10.838 dias, ou seja, chegou rapidamente a Embaixador quem foi promovido com menos de 29 anos, 8 meses e 13 dias (já agora incluindo-se o tempo de Rio Branco). Neste momento em que a Secretaria de Administração Federal busca reinventar o serviço público federal, cabe indagar quantas outras carreiras civis podem ostentar os memos índices de profissionalização como os sumariados acima. ❖

Tempo de Carreira para ser Promovido a Ministro de Primeira Classe



A morte do Cônsul-Geral Barradas

Sergio Bath

Há setenta anos, em primeiro de setembro de 1923, Tóquio - que era então a terceira maior cidade do mundo - e Iocoama foram destruídas por um terremoto devastador. Metade da capital japonesa ficou em ruínas. Em Iocoama, os danos foram ainda maiores, agravados por gigantesca onda que invadiu a zona portuária. Entre os milhares de vítimas do desastre estava o Cônsul-Geral do Brasil, Manuel da Costa Barradas.

Conta-se que nosso Cônsul foi colhido pelo terremoto num restaurante, onde se encontrava em companhia de um velho auxiliar do Consulado Geral. Aos primeiros sinais do sismo, seu companheiro, um japonês, teria sugerido que se retirassem do local, comentando que o tremor parecia mais forte do que o usual. O auxiliar saiu do restaurante segundos antes de o teto desabar, mas o Cônsul-Geral não foi o bastante rápido.

Barradas ingressou na Carreira Consular em 1907, como Vice-Cônsul em Paso de los Libres. Em dezembro de 1910 foi promovido a Cônsul e em 1911 removido para Washington, como Adido Comercial, com jurisdição sobre os Estados Unidos e o México. Serviu depois em Vigo e Sato. Em 1919 foi promovido a Cônsul-Geral de Segunda Classe, e removido para Vera Cruz, no México; mas não chegou a assumir esse Consulado Geral, que foi extinto. Permaneceu no Rio de Janeiro, aguardando instruções, até 1921, quando foi removido para Iocoama, onde assumiu em 26 de novembro de 1921. Morreria menos de dois anos depois.

Manuel da Costa Barradas

Seu corpo foi trazido para o Brasil e sepultado em 8 de fevereiro de 1924, no cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. ❖

A foto foi gentilmente cedida pelo Senhor Manoel C. G. Barradas, de Porto Alegre, neto do colega falecido em 1923.

ENTRELINHAS

No sábado, dia 7/IX e segunda-feira dia 9, foram realizadas novas reuniões da CAOPA, sob a presidência do Ministro de Estado interino e com a presença de todos os Subsecretários-Gerais, Chefes de Departamento e Secretários para analisar a sexta versão do relatório. Como nas reuniões anteriores, as transcrições dos debates serão encaminhadas aos postos no exterior. Cumpre adiantar que das 93 recomendações contidas na versão mais recente, 74 não dependem de mudanças de legislação, ou seja, correspondem a melhorias de métodos de trabalho ou de organização que podem ser implementadas rapidamente. No que tange ao fluxo de carreira propriamente dito, a redação permanece a mesma das versões anteriores, qual seja, sublinhando a inconveniência de serem propostas alterações enquanto o STF não decidir sobre os mandados de segurança relativos ao Quadro Especial.

A partir das deliberações da reunião do dia 7 e dos comentários recebidos do exterior, o relator, Embaixador Carlos Garcia, preparará documento a ser entregue ao Ministro de Estado.

• •

A "mailing list" deste quinto boletim, além de alguns Ministros do STF, parlamentares, ex-Chanceleres e outras personalidades, já alcança também 60 jornalistas. Busca-se, não apenas "servir, informar e unir" a comunidade de mais de 1100 colegas, mas também levar de forma sistemática para a sociedade como um todo a imagem correta da carreira e da Casa.

• •

A época de festas de fim de ano é um dos momentos em que se tem mais consciência de estar longe do País, de amigos e familiares, condição inescapável do diplomata. Solicitamos aos leitores que nos contem qual foi o Natal ou reveillon mais curioso que tiveram no exterior ou simplesmente descrevam o que é estar longe do Brasil em tais momentos. Alguém ceou com Chiang Kai Chek em Singkiang ou foi convidado para festa de fim de ano pelo Obá de Ifê ?

• •

Ainda não foi identificada a elegante senhora que aparece no canto superior esquerdo da foto de formatura da primeira turma do IRBr (boletim nº 3, Ano I, página 6).

• •

Os mandados de segurança no Supremo Tribunal Federal, relativos a possibilidade de integrantes do Quadro Especial servirem no exterior permaneceram inalterados no último mês.

• •

O Secretário-Geral, Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri ABDENUR, recebeu em audiência as diretorias das três Associações de funcionários do MRE. A Diretoria da ADB foi recebida em 8 de setembro, ocasião marcada por grande cordialidade.

• •

Com o pedido de desligamento da Diretoria da ADB de Edélcio José Ansarah, foi eleita a suplente Andréia Cristina Rigueira David para substituí-lo na Diretoria e Conselho Editorial do Boletim. A Diretoria agradece a colaboração do colega Edélcio Ansarah desde dezembro de 1992 e que se revelou vital para o lançamento do boletim e no entrosamento com as Associações das demais carreiras típicas de Estado.

• •

No momento em que o Boletim foi para a gráfica, haviam sido recebidas 140 respostas ao questinário sobre fundo de pensão/investimento, a quase totalidade manifestando interesse na iniciativa. Roga-se aos colegas que respondam a circular com a urgência possível para checar se é possível atingir o "*break-even point*" de 300 respostas positivas.

• •

Lamentamos informar o falecimento em Bruxelas, no dia 8/IX/93, do colega e associado Roberto Gaspary Torres, e do ex-colega Antônio Guedes Barbosa, que optou por representar o Brasil através da música, no dia 2/IX/93, em São Paulo. ❖

REMETENTE

ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios
Anexo Administrativo I - Térreo - CEP 70170-900 - Brasília-DF

IMPRESSO